


O Modelo Conflitual da Filosofia Moral de Kant

António Marques

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. ✉ 

<https://dx.doi.org/10.5209/kant.94893>

PT Resumo: O artigo tem como objectivos a) uma reconsideração do conhecido problema da filosofia moral de Kant acerca do valor moral das acções designadas como *conformes* com o dever, mas que não são realizadas *por* dever, b) o esclarecimento de problemas que levanta a solução kantiana relacionada com a existência de uma específica conformidade com o dever, ou seja, de acções feitas por “inclinação imediata”; tipicamente estas são acções fundadas na boa vontade e na simpatia, por isso boas acções, mas *sem* valor moral, c) a demonstração que o valor moral requer a aplicação de um Modelo Conflitual entre dever e inclinação, com exclusão de um Modelo Cooperativo, d) a caracterização do valor moral da acção enquanto processo reflexivo com um elemento normativo.

Defendemos que a característica rigorista da moral kantiana é inerente ao seu sistema e que a crítica de Schiller captou com acuidade este tópico. Porém uma avaliação da ética de Kant segundo o Modelo Conflitual não evita, antes exige tal rigorismo.

Palavras chave: dever, inclinação, normatividade, reflexão.

ENG The Conflictual Model of the Kantian Moral Philosophy

Abstract: This text aims to a) a reconsideration of the well-known problem in the Kantian moral philosophy regarding the moral value of the so called actions that *conform* with duty, but that are not done *from* duty, b) the clarification of problems that the Kantian solution arises related to the existence of a specific kind of conformity with duty, i.e., actions done by “immediate inclination”; typically these are actions grounded on good will and sympathy, which are good actions but *without* moral value, c) the demonstration that moral value requires the application of a Conflictual Model between duty and inclination, with exclusion of a Cooperation Model, d) the characterization of the moral value of action as a reflection process with a normative element.

We claim that the rigorist characteristic of the Kantian moral philosophy is inherent to its system and Schiller’s critique has captured this issue with perspicuity. Yet a correct evaluation of Kant’s ethics following the Conflictual Model does not avoid and even requires such rigorism.

Keywords: duty, inclination, moral value, normativity, reflection.

Resumo: O Modelo Conflitual da Filosofia Moral de Kant. 1. O problema do valor moral das acções conformes ao dever e por dever. 2. O problema do valor moral das acções motivadas por “inclinação imediata”. 3. Impossibilidade de um critério distintivo por análise introspectiva. 4. Processo de reflexão e normatividade da motivação da acção moral. Referências.

Cómo citar: Marques, A., (2024): O Modelo Conflitual da Filosofia Moral de Kant, *Con-Textos Kantianos*, 19, 123-129. <https://dx.doi.org/10.5209/kant.94893>

O Modelo Conflitual da Filosofia Moral de Kant

1. O problema do valor moral das acções conformes ao dever e por dever

O que se segue é uma reconsideração de um dos mais conhecidos tópicos da filosofia moral de Kant, exposto pela primeira vez na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785), sobre a distinção entre acção praticada *por* dever ou *conforme* ao dever. O esclarecimento dessa diferença tem sido considerado de grande significado por diferentes intérpretes para um completo apuramento do conceito de *dever*, nuclear no sistema kantiano. A nossa hipótese é que esse tópico terá de ser compreendido pela aplicação do que chamamos Modelo Reflexivo Conflitual. Esta designação indica que o elemento reflexivo é essencial na constituição do conflito moral e na avaliação da qualidade moral da acção. Assim o nosso objectivo não é

meramente exegético de passagens relevantes da *Fundamentação*, mas sobretudo visa esclarecer um ponto de importância sistemática da filosofia prática kantiana, isto é a natureza do conflito sempre constituído em torno da bipolaridade inclinação/ dever. Por outras palavras, a análise do tipo de acções conformes ao dever, ao identificar aquelas que são geradas por “intuição imediata” (p. ex. praticadas pela pessoa “naturalmente” generosa) levanta problemas de interpretação e exige a introdução de um elemento *reflexivo* que distingue e isola a acção por puro dever de outro tipo de acções. A sua motivação é normativa, mas, por seu lado o normativo integra aquele elemento.

Nos escritos sobre filosofia moral, desde a sua obra fundacional, a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, até à apresentação do sistema prático em duas partes principais, relativas aos princípios da filosofia do direito e à ética, a *Metafísica dos Costumes* (1797), Kant parece exclusivamente atender ao que podemos chamar o conflito básico entre dever e amor de si. Na verdade, a experiência moral do ser humano tem sempre a marca de um conflito insanável entre a necessidade de uma acção a que chamamos dever¹ e uma constelação de inclinações, afectos, toda a ordem de tendências da sensibilidade que aparecem frequentemente sob as designações de amor de si ou de felicidade (*Selbstliebe, Glückseligkeit*). No contexto que aqui nos interessa, ambos os termos correspondem mais especificamente a uma diversidade de inclinações (*Neigungen*), um termo de largo espectro utilizado por Kant com vista à identificação daquilo que na vida sensível existe, quase sempre em oposição ao dever. Kant refere-se-lhes como “princípios práticos materiais” que pertencem a uma mesma espécie”, sendo que o amor de si é no curso da vida humana uma força ainda mais determinante do que a felicidade².

Na Secção I da *Fundamentação*, o dever moral é reconhecido pela sua fenomenologia singular, expressa no sentimento de respeito pela lei moral (Kant, AA 4:401; 33). Mas para além da descrição dessa fenomenologia do dever, Kant restringe a sua definição, por meio do conhecido contraste entre acção executada *conforme ao dever e por dever*, um contraste que define oposições decisivas no interior da sua filosofia. Na verdade, o que está em causa nesse contraste é o valor moral da acção. Ora acontece que uma vasta categoria de acções que pertence à categoria da conformidade com o dever não permite identificar e ilude mesmo aquele valor. Por exemplo, ser caritativo é um dever e a série de acções que tornam a vida do outro mais fácil e digna merece louvor, no entanto se tais acções forem praticadas simplesmente *de acordo com o dever e não por dever*, correm o risco de se misturarem com outro tipo de inclinações do amor de si e por isso terem na sua base mais a inclinação do que o dever propriamente dito. É fácil imaginarmos o benfeitor que age por interesses velados, na verdade por egoísmo, calculismo, vaidade, etc. São inúmeras as circunstâncias em que se observa o exercício da filantropia, espalhando o bem-estar e a felicidade nas outras pessoas, e também frequentemente é possível “ler” esta ou aquela acção benevolente, de forma a perceber que ela é simplesmente conforme ao dever, mas não executada pela motivação do simples dever. No conhecido caso do comerciante que vende honestamente os seus produtos conforme ao dever, a verdade é que essa conformidade não é suficiente para lhe atribuímos valor moral, a conformidade com o dever só ilusoriamente possui valor moral.

É na verdade conforme ao dever que o merceeiro não suba os preços ao comprador inexperiente. E, quando o movimento do negócio é grande, o comerciante esperto também não faz semelhante coisa. Mas mantém um preço fixo geral para toda a gente, de forma que uma criança pode comprar em sua casa tão bem como qualquer outra pessoa. É-se, pois, servido honradamente, mas isso ainda não é bastante para acreditar que o comerciante tenha assim procedido por dever e princípio de honradez (Kant, AA 4:397; 27).

No entanto a distinção, aparentemente clara, entre *conforme ao e por dever* apresenta significativas dificuldades. A principal dificuldade que é introduzida por Kant no seu argumento a favor dessa distinção é que, na classe das acções que são conformes ao dever, encontra-se uma sub-classe de difícil categorização. Trata-se de um tipo específico da conformidade que é particularmente interessante, já que, nesse caso, a motivação é a de um agente “naturalmente” motivado pela boa acção. O que há aí a destacar é que o agente é determinado *genuinamente* por uma inclinação, que lhe permite fazer o bem sem qualquer tipo de coerção interna, isto é, sem a experiência do conflito interno. Por exemplo, a pessoa “naturalmente” generosa que é simpatética com o sofrimento alheio e promove, sem olhar a qualquer tipo de compensações, o bem estar dos outros, é motivada simplesmente pela bondade da sua acção³.

¹ Kant, AA 4:400; 31-32: “Dever é a necessidade de uma acção por respeito da lei. Pelo objeto, como efeito da acção em vista, posso eu sentir na verdade *inclinação*, mas nunca *respeito*, exatamente porque é simplesmente um efeito e não a atividade de uma vontade”. Por “lei” entende-se aqui a lei moral, definição *interna* na filosofia moral de Kant sempre associada a uma coacção, ela também interna. As citações e referências de obras de Kant incluem a indicação dos volumes da edição standard das obras de Kant, *Kant’s gesammelte Schriften*, ed. Royal Prussian Academy (Berlin: Walter de Gruyter, 1990 ..), seguidas do número de página, assim como o número de página da tradução portuguesa. Citações dos textos em inglês são nossa tradução.

² Ver *Crítica da Razão Prática*, AA 5:22; 37.

³ Aponta-se aqui para a dificuldade que já tinha sido identificada por Prichard, no seu dilema sobre o valor moral por motivo do dever. O dilema formula-se assim: se o motivo pelo qual uma acção é boa é o dever de a fazer, então ou o reconhecimento de que o acto é bom *pressupõe* que ele é bom e ele não é bom pelo motivo do dever, ou então o acto é bom (por ex. ajudar um amigo) pela sua bondade intrínseca e também aí não existe uma motivação por dever (Prichard, H. A. 1957: 1-17. Ver cap. I: “Does Moral Philosophy Rest on a Mistake?”). No intuicionismo de Prichard a bondade da acção não nasce da causalidade da motivação, já que é apreendida ou reconhecida sem depender desta. Assim, o valor moral nada deverá a uma suposta motivação *por dever*.

Porém Kant nota que se considerarmos todo o domínio do que é conforme ao dever, “*muito mais difícil*” é esta distinção quando a acção é conforme ao dever e o sujeito é além disso levado a ela por uma inclinação imediata” (*unmittelbare Neigung*) (Kant, AA 4:397; 27). Realmente é inegável a existência de pessoas que “acham íntimo prazer em espalhar alegria à sua volta” e parecem não necessitar de qualquer coerção provocada por dever para as suas acções bondosas. No entanto estaremos perante casos de boas acções *sem* valor moral. Nas palavras de Kant,

Ser caritativo quando se pode sê-lo é um dever, e há além disso muitas almas de disposição tão compassiva que, mesmo sem nenhum outro motivo de vaidade ou interesse, acham íntimo prazer em espalhar alegria à sua volta e se podem alegrar com o contentamento dos outros, enquanto este é obra sua. Eu afirmo porém que neste caso uma tal acção, por conforme ao dever, por amável que ela seja, não tem contudo nenhum verdadeiro valor moral, mas vai emparelhar com outras inclinações, por exemplo o amor de honras que, quando por feliz acaso topa aquilo que efectivamente é de interesse geral e conforme ao dever, é conseqüentemente honroso e merece louvor e estímulo, mas não estima; pois à sua máxima falta o conteúdo moral que manda que tais acções se pratiquem não por inclinação, mas por dever (Kant, AA 4:398; 28-9).

Esta passagem descreve o caso “mais difícil” do problema do valor moral, ou seja, o da acção boa, quando é perpetrada por um bom carácter, mas a que falta o valor moral. Por que razão afirmará Kant que é o caso mais difícil? É desde logo significativo que parece escapar ao Modelo Conflitual, já que aí não se encontra qualquer tipo de antagonismo entre inclinação e dever. Nos casos talvez mais triviais (como no exemplo do comerciante honesto) de conformidade com o dever, é fácil compreender a acção “honrada” do comerciante: se não agisse conforme ao dever (tratar igualmente os clientes, praticar preços honestos, etc.) seria, ele próprio, prejudicado: “o seu interesse assim o exigia”. Mas agora, no caso da pessoa que age por simpatia genuína, a conformidade não esconde qualquer inclinação potencialmente transgressora: pelo contrário, a bondade da acção é motivada *apenas pela inclinação imediata* de fazer o bem. Por exemplo, considere-se a auto-preservação, o dever de cuidar da nossa própria integridade. Considerem-se exemplos de abnegação e generosidade “naturais” como exemplos dessa “inclinação imediata”. Estes serão casos de disposições motivadoras de acções conformes ao dever, aparentemente autárquicas por não necessitarem de qualquer motivação por dever na definição do seu valor. Na mesma passagem da secção I da *Fundamentação*, Kant dá exemplos de agentes com tais disposições: por exemplo, o filantropo que espalha a felicidade e bem estar nos outros, sem olhar a recompensas de qualquer ordem. Considerando tais casos, teríamos então uma classe de acções simplesmente motivadas por boas “inclinações imediatas”, aparentemente com valor moral. Nada aí transparece no registo do conflitual. Porém a avaliação de Kant de tais casos continua a negar-lhes esse valor: “afirmo, porém, que neste caso uma tal acção, por conforme ao dever, por amável que ela seja, não tem contudo nenhum verdadeiro valor moral, mas vai emparelhar com outras inclinações”.

2. O problema do valor moral das acções motivadas por “inclinação imediata”

Na *Fundamentação*, o esforço de Kant vai consistir, em grande parte, em retirar valor moral às acções motivadas por inclinação imediata e que parecem assim escapar ao Modelo Conflitual. Antecipando o que se verá melhor a seguir, o argumento pretende mostrar que qualquer motivação por inclinação imediata (boa sem qualificação) revela-se destituída de valor moral, a não ser que sejam modificadas as circunstâncias existenciais dos agentes, de forma a constituir-se o conflito.

Ou seja, é sempre possível que aquela inclinação “natural” da pessoa simpatética dê lugar ao antagonismo com significado moral. Essencial na argumentação nestas passagens da *Fundamentação* é a representação contrafactual, em que Kant coloca o agente, desde sempre motivado por inclinação imediata “naturalmente boa”, que entra numa situação conflitual e que o põe à prova moralmente.

O argumento sobre o valor moral da acção, interpretada no modelo conflitual, pode assim dividir-se em quatro principais situações (AA 4: 397-8).

1. A acção é motivada pela inclinação contra o dever e, por isso, facilmente reconhecida como contrária ao dever,
2. A acção é conforme ao dever, mas a motivação prevaiente na sua causalidade é estranha ao dever, como é descrito no caso do comerciante honesto.
3. A acção é conforme ao dever e, além disso, é motivada por uma “inclinação imediata” que simplesmente *desconhece* a motivação por dever. Trata-se da acção por simpatia de um carácter “naturalmente” simpatético com o sofrimento, as necessidades ou a felicidade do outro. No entanto, por maior que seja a genuína benevolência dessa boa pessoa, a que chamaríamos “naturalmente generosa”, mesmo assim as suas acções não possuem valor moral. Kant refere-se-lhes como os casos “mais difíceis” de avaliar no que concerne à valia moral, já que são boas sem qualquer outra qualificação⁵ e por isso boas sem o motivo do dever.
4. A acção é desse mesmo agente (3.), mas as suas circunstâncias existenciais alteram-se ao ponto de porem à prova a sua inclinação “natural” ou simpatia. Kant dá, entre outros, o exemplo daquele que cuida

⁴ Sublinhado nosso.

⁵ Kant, AA 4:397; 27: “Muito *mais difícil* (nosso sublinhado) é esta distinção quando a acção é conforme ao dever e o sujeito é além disso levado a ela por inclinação *imediate*”.

de si mesmo, o que é conforme ao dever e que o faz por inclinação imediata, mas profundos desgostos, entretanto sofridos, fazem com que enfrente agora inclinações mais fortes, como a de pôr fim à vida (Kant, AA 4:397-8; 28). Aí sim, constitui-se o conflito com qualidade ética.

O homem naturalmente bom e simpatético é agora dominado por outra inclinação e é então que esse seu outro imediato e natural instinto conforme ao dever é posto à prova. Nessa nova circunstância, o *conflito* que o homem simpatético experimenta é entre uma inclinação de grande impacto (o suicídio como forma de escapar ao inesperado infortúnio) e o dever de preservar a própria vida. Assim repõe Kant o Modelo Conflitual, enquanto exclui o valor moral da boa acção provinda da inclinação imediata. *De facto nos casos mais difíceis de avaliação ética, como os referidos em 3. o método de identificação do valor moral, vai consistir em reflectir contrafactualmente, ou seja imaginar que o agente “naturalmente” simpatético, generoso, etc. é sujeito a condições substancialmente diferentes, onde inevitavelmente emerge o conflito.* O filantropo realmente desinteressado em qualquer recompensa pelo bem que faz, mas que de repente é assaltado por um desgosto pessoal “que apaga toda a compaixão pela sorte alheia” (AA 4: 398; 29) ou o próprio comerciante, cujo negócio entra em graves dificuldades e é tentado a vender com preços desonestos, etc. exemplificam situações de conflito imaginadas contrafactualmente, em que o dever necessariamente emerge.

Nas quatro situações expostas, o Modelo Conflitual determina o valor moral nos duas primeiras, assim como na última: a acção tem valor moral porque é gerada pelo antagonismo entre dever e inclinação. Como já verificámos, os casos que levantam mais problemas, dizem respeito a acções conformes ao dever e que parecem poder prescindir deste para, ainda assim, possuírem valor moral. Compreende-se que sejam casos em que se torna mais difícil reconhecer a inexistência de valor moral. Afinal foram praticadas por inclinações imediatas de generosidade, auto-preservação, amizade, etc.

3. Impossibilidade de um critério distintivo por análise introspectiva

É a distinção entre a acção por “inclinação imediata” da acção por puro dever uma das dificuldades maiores levantada por grande parte dos intérpretes da filosofia moral kantiana, não apenas por motivos exegéticos, mas sobretudo por preocupações de consistência sistemática. Como distinguir entre as motivações que estão na base de acções conformes ao dever (3), e que em si mesmas são boas, daquelas que, sendo boas, são geradas por dever?

Kant não está interessado em identificar critérios distintivos entre diferentes motivações, para além da referência um tanto vaga a inclinações imediatas, que é possível reconhecer nas chamadas boas pessoas, por exemplo em filantropos sinceros. Imaginemos que o comerciante honesto é genuinamente motivado pela inclinação imediata da honestidade e que, sem qualquer outro interesse escondido, por ex. manter a clientela, serve correctamente os seus clientes. A sua motivação não é revelada através de um eventual exercício introspeccionista do ponto de vista da primeira pessoa, por exemplo tentarmos avaliar se na acção invariavelmente bondosa afinal existe uma certa motivação imperscrutável. Ou, já do ponto de vista da terceira pessoa, se terá cabimento uma espécie de *mind reading* que descobre uma original motivação “por detrás” da acção conforme ao dever doutra pessoa. O problema não parece encontrar solução num critério internalista que separe com clareza os dois tipos de motivação na categoria das acções conformes ao dever. Nessa categoria a distinção terá mais a ver com a observação empírica da acção reiterada da pessoa simpatética: falamos então de uma generosidade, uma benevolência, etc. que nunca falham e que parecem excluir outra motivação que não seja a “inclinação imediata”⁶. A verdade é que Kant sempre expressou ceticismo quanto à possibilidade do sujeito, por um exercício introspeccionista, identificar claramente a motivação do puro dever na causalidade da sua acção. Nas suas palavras:

Na realidade, é absolutamente impossível encontrar na experiência com perfeita certeza um único caso em que a máxima de uma acção, de resto conforme ao dever, se tenha baseado puramente em motivos morais e na representação do dever. Acontece por vezes na verdade que, apesar do mais agudo exame de consciência, não possamos encontrar nada, fora do motivo moral do dever, que pudesse ser demasiado forte para nos impelir a tal boa acção ou a tal grande sacrifício. Mas daqui não se pode concluir com segurança que não tenha sido um impulso secreto do amor próprio, oculto sob a simples capa daquela ideia, a verdadeira causa determinante da vontade (Kant, AA 4:407; 42).⁷

A importância de uma avaliação correcta do “caso mais difícil” tem a ver com a rejeição de Kant de um valor moral separado do conflito ou, por outras palavras, essa avaliação requer necessariamente a consciência de conflito entre o que é da ordem da inclinação (amor próprio) e dever. Tem pois razão de ser algum ceticismo, reafirmado pelo próprio Kant ao longo da sua obra, acerca da existência de critério distintivo no interior das acções conformes ao dever.

O teste a que é submetido o agente por inclinação imediata consiste em colocá-lo em circunstâncias substancialmente alteradas da sua vida (situação 4, acima). Novas circunstâncias de tal forma adversas que

⁶ Allen W. Wood também não considera útil o recurso à diferença de motivações como critério diferenciador entre acções conformes ao dever. Será a seu ver mais correcto falar em diferentes “reações” possíveis a acções conformes ao dever ou em duas atitudes diferentes em relação ao mesmo agente (Wood, Allen W. 1999, pp. 30-1). Mas o termo “reação” não parece, neste caso, o mais adequado, porque a diferença entre motivos de acções conformes ao dever é mais próxima de uma *suposição* para quem, ao observar diferentes comportamentos com essa conformidade, interpreta certas acções como tendo na sua base uma inclinação imediata. Tal interpretação assenta na experiência empírica.

⁷ Acerca da auto-avaliação da pureza da lei moral e da correspondente reflexão moral, ver John Rawls (2000, p. 148).

o conflito, até então inexistente por causa da “perfeita” harmonia entre a inclinação imediata e bondade da acção conforme ao dever, acaba por emergir. Por outras palavras aquela harmonia experimentada pelo agente simpatético e “naturalmente bom” abre brechas em circunstâncias substancialmente alteradas. A actuação da pessoa naturalmente simpatética desenrolava-se sem a sombra de dúvida acerca dessa bondade. O valor da correcção dos seus actos nunca tinha sido questionável, quer a seus olhos, quer aos olhos de outrem. Mas eis que um acontecimento emerge que modifica essa harmonia. Imaginemos que o comerciante do conhecido exemplo é honesto por inclinação imediata, desconhecedor por isso de qualquer inclinação escondida do amor próprio, mas que subitamente o seu negocio é arruinado. É muito possível que essa nova circunstância vá colocar à prova a inclinação imediata, a sua bondade “natural”, e é nessa ocasião que a consciência do dever, até então inexistente, irrompe.

4. Processo de reflexão e normatividade da motivação da acção moral

Voltemos à tese de Kant segundo a qual as inclinações imediatas e “naturalmente” boas são destituídas de valor moral, já que o motivo do dever não intervém e a inclinação simpatética “natural”, só por si não garante esse valor. A dissociação entre valor moral e bondade é a pedra de toque da filosofia moral de Kant e o argumento assente no Modelo Conflitual pode considerar-se um *processo* a que o agente moral se submete permanentemente na sua vida ética. Até agora verificámos que os casos incluídos na situação 4, acima mencionada, de algum modo provam que a “inocência” da pessoa que age desse modo é alterável sob novas circunstâncias. De certo forma pode dizer-se que tais casos desconhecem o valor moral, justamente por escaparem ao Modelo Conflitual. Por outras palavras, uma máxima de acção que apenas incorpore a inclinação, ainda que esta seja de auto-preservação ou de simpatia, não está habilitada ao estatuto de uma lei universal. É fácil pensar-se na objecção que uma acção motivada por genuína simpatia não deixa de ser uma boa acção, ainda que desconheça o dever. Porém o que está em causa na filosofia moral kantiana é o *valor moral* e não a bondade da acção. A determinação desse valor apenas emerge quando o agente é testado no registo de uma situação conflitual, como nos casos da situação em 4, acima referida. Realizo simpatética e “naturalmente” uma acção boa e dela tenho uma intuição imediata. Mas se contrafactualmente me colocar numa situação que revela os limites dessa disposição simpatética?

Esse processo é *reflexivo*, no sentido em que, colocada em crise a sua inclinação imediata, o sujeito experimenta uma nova condição existencial: o comerciante honesto que se vê arruinado e conhece a tentação da fraude, a pessoa naturalmente defensora da sua integridade física e que, afligida pelo sofrimento, é tentada pela solução do suicídio. Nessas novas circunstâncias os sujeitos imergem num conflito para eles até então desconhecido, o qual, além do mais implica uma consciência *normativa*: *o que atribui valor moral à acção são razões normativas, traduzidas no dever*.

Detectar a ausência de dever em acções conformes a este, quando praticadas por inclinação imediata, é por isso o exercício decisivo, a que se deve acrescentar a representação contrafactual da condição dramaticamente alterada das condições de vida do agente simpatético. O mesmo é dizer que o valor moral necessita de uma normatividade, ausente da acção por inclinação imediata ou pura bondade, e que tal normatividade só é reconhecida pelo agente mediante a introdução do dever em circunstâncias da sua vida radicalmente diferente⁸. Só então o agente é capaz de se confrontar com o antagonismo moral que lhe era desconhecido no seu estado de natural simpatia. Por outras palavras a identificação do valor moral, implica um processo reflexivo orientado pelo Modelo Conflitual.

Um outro ponto sempre sublinhado por Kant é que a acção da pessoa simpatética não possui o aspecto modal que tem a acção motivada por dever (já foi mencionado que “*Dever é a necessidade de uma acção por respeito da lei*”). O aspecto modal não é obviamente supérfluo, antes nasce da ideia que a acção motivada pela inclinação imediata (p. ex. a acção generosa da pessoa generosa) não tem garantida a sua necessidade e que nela sempre persiste um fundo contingente. Imaginemos a alma caridosa que se habituou por “inclinação imediata” a espalhar o bem e que subitamente é acometida por uma grande infelicidade. Essa mesma pessoa, “naturalmente generosa”, pode modificar a sua índole e será então razoável afirmar que a sua virtude (que a fazia sempre agir *conforme* ao dever) é dependente de circunstâncias do curso da sua vida.

Que este Modelo Conflitual seja ou não prevaemente em Kant é discutido por importantes intérpretes da sua filosofia moral⁹. Por exemplo, Paul Guyer considera que “a perspectiva de Kant sobre a conexão entre o valor moral ou carácter estimável do agente e a sua máxima fundamental impede qualquer ideia de que haja inclinações ou incentivos que possam por si mesmos *cooperar* com o dever, assim como de igual modo possam por si mesmos *conflitar* com este”. No entanto o mesmo autor vê na filosofia moral

⁸ Christine Korsgaard introduz esse elemento reflexivo no processo da acção com valor moral. Os motivos que se encontram na sua geração e desenvolvimento são normativos (ou reconhecemo-los como tal). Nos seus termos, “Cada impulso, tal como se apresenta a si mesmo à vontade, deve passar uma espécie de *teste de normatividade* (sublinhado nosso) antes que o possamos adoptar como uma razão para a acção. Porém esse teste não é o teste de conhecimento ou verdade. É que Kant, como Hume ou Williams, pensa que a moralidade está fundada na natureza humana e que as propriedades morais são projecções das disposições humanas. Deste modo o teste consiste numa aprovação (*endorsement*) reflexiva” (Korsgaard, Christine 2014, p 91). O “teste de normatividade” é uma avaliação correcta do funcionamento do mecanismo conflitual a que o agente moral submete as suas inclinações em geral, mas não concordamos com a associação que Korsgaard atribui a Kant entre a moralidade e disposições naturais da natureza humana”, como suas projecções. Voltaremos mais à frente à presença do elemento reflexivo no valor moral da acção segundo o Modelo Conflitual e que faz que este deva ser designado como um Modelo Conflitual Reflexivo.

⁹ Ver entre outros Barbara Herman, 1993, especialmente cap. I e VII, Allen Wood, 1999: 385. Paul Guyer, 2000: 297.

da *Fundamentação* um tratamento “breve e abstracto do valor moral que muitas vezes trata todas as inclinações como se elas fossem nada mais do que incómodos dos quais qualquer agente racional desejaria libertar-se”. Guyer propõe então que se considere a este propósito a posição, já algo modificada, de um Kant mais maduro, na *Metafísica dos Costumes*.

Mas é central ao tratamento tardio da virtude humana na “Doutrina da Virtude” da *Metafísica dos Costumes* que o agente virtuoso tenha um dever de cultivar sentimentos e inclinações que sejam úteis na execução do dever e possa mesmo, apesar de Kant parecer inicialmente hesitante em admitir isto, causar sentimentos moralmente benivolentes a desenvolver, como resultado do seu compromisso com a máxima fundamental do respeito pelo dever (Guyer 2000, p. 299)

A intervenção do “sentimento moral” (*moralische Gefühl*) parece de facto modificar o Modelo Conflitual se de facto a esfera das inclinações for útil na execução da acção causada por dever. Considerar que a inclinação é útil ou concorre para a execução da acção por dever parece contrariar praticamente o essencial da argumentação desenvolvida na *Fundamentação*, acima discutida. Mas, a nosso ver, uma leitura da passagem em causa sobre o sentimento moral da “Doutrina da Virtude” não sustenta a utilidade e cooperação defendida por Guyer. O que agora se entende por “sentimento” não pode ser confundido com inclinação. O sentimento é reconhecido como um marcador da obrigação (dever) e não como uma inclinação:

Ora não pode haver nenhum dever de ter um sentimento moral ou de o adquirir; pois que toda a consciência da obrigação tem como fundamento este sentimento, a fim de tomar consciência da coerção que é coenvolvida pelo conceito de dever; pelo contrário, todo o homem (como ser moral) tem-no originariamente em si; a obrigação limita-se a cultivá-lo, e, inclusivamente, a fortalecê-lo, por via da admiração da sua origem imperscrutável (Kant, 1797: 312. AA 6:399)

O sentimento moral, sempre associado ao dever funciona como o aspecto fenomenológico deste e corresponde a uma consciência de coerção “coenvolvida pelo conceito de dever”. Desempenha o mesmo papel do sentimento de *respeito* pela lei moral que Kant descreve numa longa nota da *Fundamentação*, em AA 4:401; 33. Poderá dizer-se que é o aspecto fenomenológico que dá um carácter subjectivo à acção *por dever*.

Na verdade, o esforço de Kant na *Fundamentação*, consiste em tentar esclarecer até ao limite a causalidade da motivação da acção, no sentido apurar em cada caso o que é produzido por simples dever, imune a qualquer mistura de inclinação do amor de si. É verdade que, sobretudo tendo em conta o que acontece com a pessoa simpatética, que age por imediato instinto, a *oposição conflitual* entre o dever restrito e a constelação das inclinações do amor de si é levada por Kant a uma atitude rigorista (que por vezes parece justificar a ironia de Schiller¹⁰).

Nesta altura, o céptico desse rigorismo poderia perguntar: será possível que alguém destituído de qualquer capacidade de simpatia “natural” praticar acções moralmente boas? A filosofia moral de Kant não recua no seu rigor, por exemplo no caso daquela pessoa destituída de qualquer simpatia, frio por temperamento e, mais ainda, indiferente às dores dos outros, por ele mesmo ser resistente às suas próprias dores? Não porque, ela pode sempre encontrar dentro de si “uma fonte que lhe pudesse dar um valor muito mais elevado do que o dum temperamento bondoso”. Será que mesmo assim, tal ser poderia agir moralmente? A resposta é claramente afirmativa. “Sem dúvida! – e exactamente aí é que começa o valor do carácter que é moralmente sem comparação o mais alto, e que consiste em fazer o bem, não por inclinação, mas por dever” (Kant, AA 4:24-5; 29). O modelo kantiano da relação entre dever e amor de si é radicalmente conflitual, por oposição àquele em que o conflito desaparece, quer porque a esfera das inclinações “coopera” com a motivação (tipicamente o caso da acção *conforme* ao dever do comerciante honesto,) quer porque essa conformidade é motivada por “inclinação imediata”.

Como atrás foi notado a discussão sobre se existe um radical antagonismo entre dever e as inclinações do amor de si pode implicar nalguns intérpretes a crítica da necessidade do Modelo Conflitual para a apreciação do valor moral da acção e, assim, a consequente revisão desse modelo no Kant tardio da *Metafísica dos Costumes*. Na impossibilidade de levar a análise mais longe no domínio da análise da “Doutrina da Virtude” da *Metafísica dos Costumes*, sublinhamos apenas que, precisamente nesse texto, o objectivo de Kant é mostrar que a virtude, apenas possui valor moral quando a sua prática tem por motivação o dever. “A máxima perfeição moral do homem consiste em: cumprir com o seu dever (em que a lei não seja apenas a regra, mas também o móbil das acções)” (Kant, AA 6:392; 302). Sugiro então que uma espécie de revisionismo do Modelo Conflitual que consista na possibilidade de uma possível cooperação entre a motivação do dever por si mesmo e o amor de si, não encontra justificação na análise de textos mais tardios. Pelo contrário, estes situam-se em linha com a filosofia aparentemente mais inflexível no sentido rigorista da

¹⁰ O seu contemporâneo Schiller foi dos primeiros críticos daquilo que é designado usualmente como rigorismo kantiano, patente na concepção do dever que parece apenas adquirir valor moral se a acção excluir todas as inclinações a ele associadas, mesmo as que propiciam o bem estar e felicidade dos outros. São bem conhecidas as suas palavras de troça desse rigorismo kantiano: “Alegremente sirvo os meus amigos, mas aí de mim, faço-o com prazer, por isso assalta-me a dúvida sobre se sou uma pessoa virtuosa” (Referência retirada de Henry E. Allison, 1990: 110). A verdade é que são inúmeras as passagens nos escritos de Kant, em que é evidente a avaliação positiva do que é da ordem das inclinações. As seguintes palavras exprimem o pensamento de Kant a este respeito. Por exemplo em *A Religião nos Limites da Simples Razão*, AA 06:45) “As inclinações naturais, consideradas em si mesmas, são boas. i.e., irrepreensíveis, e pretender extirpá-las não só é vão, mas também prejudicial e censurável; pelo contrário, há apenas que domá-las, para que não se aniquilem umas às outras, mas possam ser levadas à consonância num todo chamado felicidade” (Kant, AA 6:64. AA 6:45)

Fundamentação. Nesta é indubitável que, por si mesmo, o amor de si não é susceptível de entrar em cooperação com a motivação própria do dever estrito. O que aconteceria se, abdicando do Modelo Conflitual, o valor moral pudesse ser adjudicado à mais genuína forma de conformidade ao dever, ou seja à inclinação imediata do homem completamente simpatético? Se aquele valor se encontrasse nas acções de “*almas de disposição tão compassiva que, mesmo sem nenhum outro motivo de vaidade ou interesse, acham íntimo prazer em espalhar alegria à sua volta e se podem alegrar com o contentamento dos outros, enquanto este é obra sua*”? A sugestão seria que o Modelo Conflitual pudesse ser substituído pelo Modelo Cooperativo, em que a inclinação, na situação da pessoa inteiramente simpatética, não apenas não fosse obstáculo, mas até promovesse o valor moral. No entanto este só existe em acções, cuja a motivação seja experimentada pelo agente como resistência positiva à força da inclinação. No Modelo Conflitual existe rigorismo, na medida em que neste o valor moral parece reduzir-se a uma resistência à força da constelação das inclinações. Deve reconhecer-se que só do ponto de vista da experiência rigorista a motivação da acção é identificável como acção *por* dever. Nas palavras de Kant “é verdade que encontramos prazer na virtude e na sua contemplação, mas apenas nessa ocasião e porque estamos preparados para cumprir deveres” (Vorlesung [Vigilantius], AA 27:491). A seguinte passagem das *Lições de Ética* (Vigilantius) do Kant tardio exprime claramente o critério em que assenta o valor moral, em linha com a doutrina já exposta na *Fundamentação*:

Para além disso, que um homem deva actuar de acordo ou adequadamente com leis morais, tal só pode ocorrer na medida em que reprimiu e conquistou, através da lei moral, a inclinação que ele abriga para a desviar e fazer o seu contrário. É o conflito da inclinação com a lei moral e a constante disposição (intentio constans) de desenvolver as suas virtudes, que por isso é aquilo a que chamamos virtude” (Vorlesung [Vigilantius], AA 27:491).

Repressão e conquista do universo das inclinações, num constante processo que envolve a existência moral do ser humano, não é possível sem aquela capacidade de reflexão normativa que está no centro do que identificámos como Modelo Conflitual da moral kantiana.

Referências

- Allison, H. E. (1990), *Kant's Theory of Freedom*. Cambridge: Cambridge University Press
- Guyer, P. (2000), *Kant on Freedom, Law, and Happiness*. Cambridge: Cambridge University Press
- Herman, B. (1997), “A Cosmopolitan Kingdom of Ends” in *Reclaiming the History of Ethics - Essays for John Rawls*, Ed. Andrews Reath, Barbara Herman, Christine M. Korsgaard, Cambridge: Cambridge University Press
- Herman, B. (1993) *The Practice of Moral Judgment*. Harvard: Harvard University Press
- Kant, I. (1797), *A Metafísica dos Costumes*. Traduzido por José Lamego. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005
- Kant, I. (1793), *A Religião nos Limites da Simples Razão*. Traduzido por Artur Morão. Lisboa, Edições 70, 2008
- Kant, I. (1787), *Crítica da Razão Prática*. Traduzido por Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1996
- Kant, I. (1785), *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Traduzido por Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2011
- Korsgaard, C.M. (2014), *The Sources of Normativity*, Cambridge: Cambridge University Press
- Korsgaard, C. M. (1996), *Creating the Kingdom of Ends*, Cambridge: Cambridge University Press
- Prichard, H. A. (1957), *Moral Obligation - Essays and Lectures*, Oxford: Clarendon Press
- Rawls, J. (2000), *Lectures on the History of Moral Philosophy*, Harvard: Harvard University Press
- Timmermann, J. (2013), “Acting from duty: inclination, reason and moral worth” in *Kant's Groundwork of the Metaphysics of Morals - A critical guide*. Ed. Jens Timmermann, Cambridge: Cambridge University Press
- Wood, A. (1990), *Kant's Ethical Thought*, Cambridge: Cambridge University Press